



**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
O QUE É E O QUE REPRESENTA PARA O BRASIL**

ABRIL/2002

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
O QUE É E O QUE REPRESENTA PARA O BRASIL¹**

Resumo	1
1) O Que É Política Industrial na Atualidade?.....	7
2) Políticas “Horizontais” e Setoriais	9
3) Política Industrial e Objetivos de Desenvolvimento	10
4) Política Industrial e Setor Externo.....	13
5) Política Industrial e Negociações Internacionais	17

¹ Trabalho preparado por Julio Gomes de Almeida.

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL O QUE É E O QUE REPRESENTA PARA O BRASIL

Resumo

O Que É Política Industrial na Atualidade

Política industrial é um conjunto coordenado de ações, envolvendo setor público e setor privado, visando ampliar a competitividade da indústria. O objetivo final é impulsionar o crescimento econômico e o emprego do setor industrial. Assim, a política industrial é um componente de uma estratégia de fortalecimento da indústria e parte indispensável de uma política de desenvolvimento. A promoção da competitividade constitui o foco da política industrial praticada atualmente no mundo desenvolvido e em países que buscam promover seu desenvolvimento.

A política industrial, como política de promoção da competitividade, é indissociável da concorrência, da atualização tecnológica e do aumento da produtividade, não sendo seus objetivos criar e disseminar setores e empresas privilegiadas, ineficientes e que sobrevivem à sombra da proteção e do subsídio.

A globalização e os acordos de liberalização comercial em negociação pelo Brasil (ALCA, Mercosul/UE nova rodada de liberalização da OMC) tornam imprescindível a renovação permanente da competitividade da atividade industrial e da economia como um todo, razão pela qual, correspondentemente, a política industrial também deve ser permanente, sendo continuamente renovada.

A política industrial não se coloca como alternativa ou se contrapõe à execução de políticas e ao desenvolvimento dos demais setores da economia. O desenvolvimento industrial é fator adicional de estímulo ao desenvolvimento da agricultura, dos serviços e das atividades financeiras.

A política e o desenvolvimento industrial não são incompatíveis com a estabilidade inflacionária e o controle das contas públicas, como mostra a experiência de vários países que desfrutam de grande crescimento industrial, praticam ativas políticas industriais e preservam a estabilidade.

As Políticas Horizontais

As medidas “horizontais” (voltadas à atividade industrial em geral, sem especificar setores/cadeias) devem ser permanentes e, a princípio, as principais medidas na concepção de uma política industrial. Políticas setoriais ou atinentes a cadeias produtivas são complementares, geralmente transitórias e com objetivos específicos, claramente definidos.

Deveriam ser absolutamente prioritárias como medidas “horizontais” de política industrial:

- a) A ampliação dos investimentos em educação, infra-estrutura e P&D;*
- b) A redução das taxas de juros, o desenvolvimento do mercado de capitais e a adequação das fontes de financiamento existentes;*
- c) A reforma tributária.*
- d) A flexibilização do mercado de trabalho.*

Como há um significativo atraso das políticas “horizontais” no Brasil, elas por si só, em sendo bem implementadas, teriam um grande poder em impulsionar não só a competitividade industrial, como a produção e competitividade dos demais setores da economia.

Os Objetivos da Política Industrial Brasileira

Além do objetivo permanente de promoção da competitividade, política industrial é também perseguir objetivos particulares em torno aos quais os dois tipos de ações, de corte horizontal ou vertical, devem ser coordenadas.

Os objetivos de uma política industrial para o Brasil seriam:

- a) Criação no país de bases de produção de produtos de alto valor agregado destinados simultaneamente aos mercados interno e externo;*
- b) Incentivo aos setores de base tecnológica incluindo suas cadeias de insumos e componentes, bem como as atividades de Pesquisa &*

Desenvolvimento onde são criadas e desenvolvidas as novas tecnologias;

- c) *Desenvolvimento industrial regional com foco em ações visando potencializar vocações regionais, dinamizar o emprego industrial em regiões de menor desenvolvimento ou em decadência industrial.*

As Políticas Setoriais

A distinção entre políticas horizontais e políticas setoriais pode ser rígida demais para certos objetivos de política, como os relacionados acima, e não se mostrarem adequadas para servir como parâmetro exclusivo para uma política industrial.

Ao contrário das políticas de competitividade e das ações de corte “horizontal”, em todos os casos em que venham a ser executadas políticas setoriais, estas devem ter objetivos específicos claros e, sempre que possível, as ações devem ser temporárias (com prazo definido de duração), assim como devem ser bem definidos os eventuais incentivos concedidos e sua duração. Esse é o modelo geral seguido por vários países e que pode e deve ser seguido pelo Brasil.

Para onde o Brasil deve orientar sua política industrial de corte setorial?

- a) *Para os setores em que é maior a competitividade atual da indústria. Como nesses setores é também maior o protecionismo internacional, a política industrial nesse caso visa ampliar o acesso a mercados e a vantagem competitiva do produto nacional para melhor enfrentar o protecionismo e conquistar mercados externos.*
- b) *Sem prejuízo do desenvolvimento dos setores nos quais o Brasil já conquistou competitividade internacional, a política industrial deve contemplar o desenvolvimento e/ou a implantação no país dos complexos industriais de produtos com maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico. Esses produtos apresentam maior dinamismo no mercado internacional e os complexos que os produzem geram salários elevados e melhor distribuição de renda na cadeia produtiva.*

Uma característica a ser destacada no caso dos produtos de alta tecnologia é que eles participam cada vez mais de outras cadeias produtivas, razão pela qual a sua importância além de econômica é estratégica. Abrir mão de seu desenvolvimento no país é colocar em risco o desenvolvimento futuro das demais cadeias produtivas, como, para citar apenas um exemplo, a cadeia eletro-eletrônica que participa dos complexos automotivo, equipamentos para escritório, e muitos outros.

Política Industrial e Setor Externo

Reside na questão externa um grande desafio para a política industrial. Seguidamente, o setor externo da economia vem impondo limites ao crescimento interno devido a uma excessiva exposição da economia brasileira aos fluxos financeiros internacionais, o que torna mais difícil solucionar os graves problemas econômicos e sociais brasileiros: a aguda concentração da renda, o desemprego e subemprego, a pobreza e os desequilíbrios regionais.

A política industrial voltada a dotar o setor externo de maior solidez e remover as restrições ao crescimento propõe-se a ampliar as exportações e incentivar a substituição competitiva de importações, de forma a tornar o balanço comercial significativamente superavitário e reduzir a excessiva exposição externa da economia.

São condições de êxito desta política a ampliação da exportação de bens manufaturados de maior valor agregado e a substituição de competitiva de importações, vale dizer, a substituição por produção doméstica de bens que preservem um padrão de competitividade internacional.

O aumento das exportações e a produção competitiva interna de bens são as condições para que o país evite recuos em sua abertura e imprima maior velocidade ao crescimento do seu comércio exterior (exportações mais importações), sabidamente baixo para padrões internacionais.

A carência de capital e seu elevado custo no Brasil recomendam como medidas centrais dessa política a redução do custo de capital e a ampliação de prazos e redução dos custos dos financiamentos de longo prazo das linhas de financiamento existentes, além de ações para atrair investimentos domésticos e estrangeiros voltados, simultaneamente, a ampliar a base de exportações e à substituição competitiva de importações.

No universo de economias denominadas “emergentes” desenvolve-se uma acirrada concorrência pela atração de investimentos que contribuam para o desenvolvimento do setor externo e a atualização tecnológica da indústria dessas economias. O Brasil, que está ausente desse processo, também poderia executar políticas de atração de investimentos internos e externos para as áreas de exportação, substituição competitiva de importações e segmentos de alta tecnologia. Esse seria um ponto destacado da política industrial brasileira.

Política Industrial e Negociações Internacionais

O fato relevante é que as negociações para a formação da ALCA, para o acordo Mercosul/UE, bem como as negociações mais amplas no âmbito da OMC, não resultem na renúncia aos objetivos acima de política e de desenvolvimento industrial em troca de uma maior especialização industrial da economia brasileira, até porque nossa especialização relativa atual é em produtos de relativamente baixo valor agregado.

Dada a abrangência dessas negociações e suas profundas repercussões sobre o futuro da economia e da indústria no Brasil, a recomendação é que o Congresso Nacional defina pontos estratégicos para os quais as negociações de acordos internacionais necessitariam de aprovação prévia por parte do mesmo Congresso Nacional como condição de aprovação dos acordos em seu conjunto. Seria o “fast track” brasileiro, cujo objetivo é assegurar que determinadas questões consideradas fundamentais ou estratégicas sejam resguardadas nas negociações. Do ponto de vista da indústria, os acordos internacionais deveriam servir para ampliar o acesso dos produtos brasileiros de alta competitividade internacional (casos, além de produtos agrícolas, dos produtos da agroindústria e de vários outros segmentos industriais) a mercados externos e não deveriam restringir a capacidade do Brasil de executar a política de desenvolvimento industrial nas linhas já observadas.

Em suma, a política industrial visa:

- a) Promover a competitividade da indústria;*
- b) Ampliar acesso a mercados e a competitividade setorial dos segmentos industriais tradicionais;*
- c) Fomentar o desenvolvimento dos complexos industriais de produtos com maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico;*
- d) Incentivar as atividades de P&D, a criação e o desenvolvimento de novas tecnologias.*
- e) Aumentar as exportações e incentivar a substituição competitiva de importações, de forma a reduzir a excessiva exposição externa da economia.*

Seus objetivos finais são: diversificar e fortalecer a indústria, aumentar o crescimento econômico e o emprego, contribuir para a redução das desigualdades regionais e de renda.

1) O Que É Política Industrial na Atualidade?

O tema da política industrial é polêmico e comporta diversas interpretações.

Política industrial é um conjunto coordenado de ações, envolvendo setor público e setor privado, visando ampliar a competitividade da indústria. O objetivo final é impulsionar o crescimento econômico e o emprego do setor industrial. Assim, a política industrial é um componente de uma estratégia de fortalecimento da indústria e parte indispensável de uma política de desenvolvimento, a qual, além do setor industrial, deve contemplar políticas para outros setores que compõem a economia.

A promoção da competitividade constitui o foco da política industrial praticada atualmente no mundo desenvolvido e em países que buscam promover seu desenvolvimento.

É importante fixar alguns pontos a respeito do tema da política industrial em sua concepção atual:

- a) A política industrial não é um fim em si mesma, mas, sim, um componente de uma política de desenvolvimento;*
- b) A política industrial, como política de promoção da competitividade, é indissociável da concorrência, da atualização tecnológica e do aumento da produtividade, não sendo seus objetivos criar e disseminar setores e empresas privilegiadas, ineficientes e que sobrevivem à sombra da proteção e do subsídio;*
- c) A globalização torna necessária a renovação da competitividade em caráter permanente, razão pela qual, correspondentemente, a política industrial deve ter caráter permanente, sendo continuamente renovada.*
- d) A política industrial não se coloca como alternativa ou se contrapõe à execução de políticas e ao desenvolvimento dos demais setores da economia. A política industrial e o conseqüente desenvolvimento industrial constituem fatores*

adicionais de estímulo ao desenvolvimento da agricultura, dos serviços e das atividades financeiras.

- e) A política e o desenvolvimento industrial não são incompatíveis com a estabilidade inflacionária e o controle das contas públicas, como mostra a experiência de vários países que desfrutam de grande crescimento industrial e são praticantes de ativas políticas industriais.*

As observações acima são pertinentes para qualquer país, particularmente para aqueles que promoveram abertura de sua economia e se engajaram nos fluxos mundiais de comércio, como o Brasil.

Para o Brasil, um desafio adicional se apresenta: somente com uma significativa ampliação da competitividade, poderá responder de forma positiva aos acordos de liberalização comercial cuja negociação estão em curso (ALCA, Mercosul-UE, nova rodada de liberalização do comércio mundial lançada recentemente pela OMC) e enfrentar o protecionismo internacional ainda presente nos dias de hoje, inclusive entre os países de economia desenvolvida. Isso confere maior urgência à execução de políticas visando promover a competitividade no setor industrial.

O Brasil Teve Política Industrial na Década de 1990?

Na década dos noventa, não houve no Brasil política industrial propriamente dita, no sentido de políticas coordenadas destinadas a promover a competitividade, o fortalecimento e a diversificação industrial.

As ações se dirigiram ao aumento da exposição da indústria brasileira à concorrência externa por meio da abertura comercial e a ações do BNDES.

Observou-se no período um significativo aumento de produtividade do setor industrial, acompanhando a trajetória da indústria a nível mundial.

No entanto, a indústria brasileira poderia ter contribuído muito mais com o crescimento e o emprego no país: o crescimento da produção foi baixo (o PIB industrial per capita praticamente não cresceu nos últimos sete anos) e a retração do emprego industrial foi pronunciada (no mesmo período, redução de 30%).

Além disso, ao longo do período, a indústria foi acumulando déficits comerciais crescentes, um processo apenas parcialmente interrompido pela desvalorização cambial de 1999. Atualmente, o déficit de manufaturas é da ordem de US\$ 10 bilhões.

2) Políticas “Horizontais” e Setoriais

As ações da política industrial podem ter por alvo os setores/cadeias produtivas (iniciativas verticais) e/ou a atividade industrial em geral, sem especificar setores/cadeias (iniciativas horizontais).

Para o IEDI, as medidas “horizontais” devem ser permanentes e, a princípio, as principais medidas na concepção de uma política industrial. Políticas setoriais/cadeias produtivas são complementares, transitórias e com objetivos específicos, claramente definidos.

No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, há graves lacunas na educação básica e superior, na infra-estrutura e na pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O custo de capital é excessivamente elevado, a estrutura tributária subtrai competitividade da produção nacional e o mercado de trabalho carece de uma maior flexibilidade.

Devem ser absolutamente prioritárias como medidas “horizontais” de política industrial:

- a) A ampliação dos investimentos em educação, infra-estrutura e P&D,*
- b) A redução das taxas de juros, o desenvolvimento do mercado de capitais e a adequação das fontes de financiamento existentes;*
- c) A reforma tributária.*
- d) A flexibilização do mercado de trabalho.*

Como há um significativo atraso das políticas “horizontais” no Brasil, elas por si só, em sendo bem implementadas, teriam um grande poder em impulsionar não só a competitividade industrial, como a produção e competitividade dos demais setores da economia.

A distinção entre políticas horizontais e políticas setoriais pode ser rígida demais para certos objetivos de política e não se mostrarem adequadas para servir como parâmetro exclusivo para uma política industrial.

Além do objetivo permanente de promoção da competitividade, política industrial é também perseguir objetivos particulares em torno aos quais os dois tipos de ações, de corte horizontal ou vertical, devem ser coordenadas.

Muitos países adotam o procedimento de associar objetivos particulares ao objetivo geral de promover a competitividade, o que vem definindo a moderna concepção de política industrial. Naturalmente, cada país tem seus próprios objetivos e necessidades e, em torno a isso, cada um estrutura um conjunto de ações e instrumentos de política “horizontais” e “verticais” ou setoriais, o que torna cada caso, um caso particular de política industrial.

Assim, para ilustrar, em alguns países a grande ênfase no desenvolvimento tecnológico reflete a orientação por eles definida no sentido de conquistar ou manter a dianteira na corrida tecnológica. Em outros, a prioridade recai sobre a questão do emprego, ou na exportação ou ainda na questão regional (desequilíbrios regionais ou regiões em declínio), meio ambiente etc.

A propósito, devido a essa diversidade de objetivos, ênfases ou prioridades dos diversos países a definição de política industrial foi perdendo a característica de ser geral, única e aplicável a qualquer situação ou país, o que explica, por exemplo, porque política industrial, que já foi sinônimo de proteção ou de substituição de importações, não mais possa ser caracterizada sob esses critérios.

Ao contrário das políticas de competitividade e das ações de corte “horizontal”, que devem ser permanentes, em todos os casos em que venham a ser executadas políticas setoriais, estas devem ter objetivos específicos claros e as ações devem ser temporárias (com prazo definido de duração), assim como devem ser bem definidos os eventuais incentivos concedidos e sua duração. Esse é o modelo geral adotado por vários países (cada um a seu modo) e que pode e deve ser seguido pelo Brasil.

3) Política Industrial e Objetivos de Desenvolvimento

O Brasil coleciona um grande número de objetivos de política industrial que contribuiriam para o desenvolvimento econômico e social –

este, o objetivo último de uma política industrial, assim como de qualquer política pública.

Os objetivos de uma política industrial para o Brasil seriam:

- a) Criação no país de bases de produção de produtos de alto valor agregado destinados simultaneamente aos mercados interno (substituição competitiva de importações) e externo (aumento de exportações);*
- b) Incentivo aos setores de base tecnológica incluindo suas cadeias de insumos e componentes, bem como as atividades de Pesquisa & Desenvolvimento onde são criadas e desenvolvidas as novas tecnologias;*
- c) Desenvolvimento industrial regional com foco em ações visando potencializar vocações regionais, dinamizar o emprego industrial em regiões de menor desenvolvimento ou em decadência industrial.*

Em grande medida, a variedade de objetivos que podem ser perseguidos no caso do Brasil decorre de sua dimensão continental, grande população e diversidade regional. Países com essas características, para os quais não se aplica a especialização do ponto de vista industrial (mais propriamente essa especialização é pertinente a países de baixa população e relativamente pequena extensão territorial), não podem e não devem abrir mão de ter um setor industrial amplo e diversificado.

As economias continentais tendem a produzir em todos os segmentos da indústria, cada uma delas apresentando características próprias quanto aos segmentos em que têm liderança e competitividade a nível global.

Nos países mais desenvolvidos, as indústrias de maior nível tecnológico e de maior valor agregado apresentam elevada produtividade e alta competitividade. Isto confere a esses países condições de gerar rendas elevadas para sua população e os habilita a dispor de recursos para conceder subsídios e proteger o emprego nos segmentos não competitivos. Esses são, em geral, setores de menor valor agregado, onde é alta a competitividade de países em desenvolvimento.

Para os países continentais em desenvolvimento, que têm justificadas pretensões de ter uma indústria diversificada e dinâmica, como é o caso do Brasil, apresentam-se dois graves problemas:

- a) nos segmentos industriais onde é maior sua competitividade, é também mais acentuado o protecionismo nas economias mais avançadas; e,*
- b) nos segmentos mais avançados, como os de maior valor agregado e intensidade tecnológica, em muitos casos nem sequer estão instalados os complexos industriais que permitiriam desenvolver esses segmentos com nível de competitividade internacional.*

Para onde o Brasil deve orientar sua política industrial de corte setorial?

- a) Para os setores em que é maior a competitividade atual da indústria. Como nesses setores é também maior o protecionismo internacional, a política industrial nesse caso visa ampliar o acesso a mercados e a vantagem competitiva do produto nacional para melhor enfrentar o protecionismo.*
- b) Sem prejuízo do desenvolvimento dos setores nos quais o Brasil já conquistou competitividade internacional, a política industrial deve contemplar o desenvolvimento e/ou a implantação no país dos complexos industriais de produtos com maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico. Esses produtos apresentam maior dinamismo no mercado internacional e os complexos que os produzem geram salários elevados e melhor distribuição de renda na cadeia produtiva.*

Outra característica a ser destacada no caso dos produtos de alta tecnologia é que eles participam cada vez mais de outras cadeias produtivas, razão pela qual a sua importância além de econômica é estratégica. Abrir mão de seu desenvolvimento no país é colocar em risco o desenvolvimento futuro das demais cadeias produtivas, como, para citar apenas um exemplo, a cadeia eletro-eletrônica que participa dos complexos automotivo, equipamentos para escritório, e muitos outros.

A importância dos setores de alta tecnologia é ainda maior se considerarmos o desequilíbrio que atualmente causam na balança comercial brasileira: um montante superior a US\$ 12 bilhões.

4) Política Industrial e Setor Externo

A observação acima remete a um outro objetivo particular da política industrial aplicada ao Brasil.

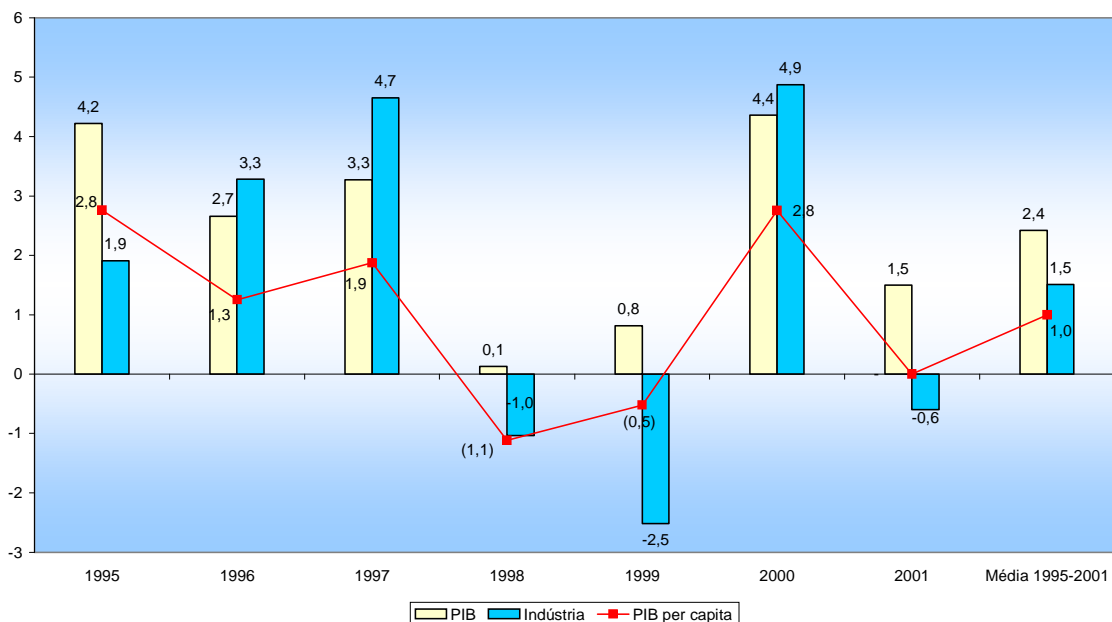
Reside na questão externa um grande desafio para a política industrial. Seguidamente, o setor externo da economia vem impondo limites ao crescimento interno devido a uma excessiva exposição da economia brasileira aos fluxos financeiros internacionais.

Esses fluxos se notabilizam pela excessiva instabilidade, particularmente quanto aos recursos direcionados aos países de economia emergente, o que em certas conjunturas pode restringir os recursos de financiamento e os fluxos de investimento direto. Para ilustrar essa característica dos fluxos internacionais de capitais na atual etapa de globalização, basta citar que o ingresso líquido de investimentos estrangeiros no Brasil, que em 2000 alcançou US\$ 33 bilhões, no ano seguinte (2001) foi reduzido em US 10 bilhões, ou seja, para US\$ 23 bilhões, uma queda de 30%.

A conjugação de ambos os fatores – a excessiva exposição da economia aos fluxos financeiros internacionais e a acentuada instabilidade desses fluxos a nível internacional – impôs sérias limitações ao crescimento brasileiro, como em 1995 (quando da crise do México), 1997 (crise da Ásia), 1998 (crise da Rússia), 1999 (a nossa própria crise) e 2001, com a sucessão de eventos externos ocorridos nesse ano (crises da Turquia e da Argentina, a retração da economia mundial, os atos terroristas), agravados por fatores internos, como a crise de energia.

Como se pode observar no gráfico a seguir, nos últimos 6 anos o crescimento econômico brasileiro mostrou-se muito irregular e, na média, foi muito baixo (apenas 2,4% de crescimento médio anual do PIB e 1% para o PIB per capita). O desempenho industrial acompanhou esse padrão, resultando em uma taxa média de crescimento ainda inferior ao do PIB: 1,5%.

Crescimento Real do PIB, PIB Per Capita e da Indústria



Considerados em conjunto, os fatores que definem a acentuada vulnerabilidade externa da economia brasileira, determinaram uma dinâmica econômica na qual a incapacidade da economia crescer de forma sustentada, soma-se, na média, um crescimento de longo prazo acentuadamente baixo.

Isso torna mais difícil solucionar os graves problemas econômicos e sociais brasileiros: a aguda concentração da renda, o desemprego e subemprego, a pobreza e os desequilíbrios regionais.

A política industrial voltada a dotar o setor externo de maior solidez e remover as restrições ao crescimento, propõe-se a ampliar as exportações e incentivar a substituição competitiva de importações, de forma a tornar o balanço comercial significativamente superavitário, reduzindo a excessiva exposição externa da economia.

São condições de êxito desta política a ampliação da exportação de bens manufaturados de maior valor agregado e a substituição de competitiva de importações, vale dizer, a substituição por produção doméstica de bens que preservem um padrão de competitividade mundial.

O aumento das exportações e a produção competitiva interna de bens são as condições para que o país evite recuos em sua abertura e imprima maior velocidade ao crescimento do seu comércio exterior (exportações mais importações), sabidamente baixo para padrões internacionais.

A carência de capital e seu elevado custo no Brasil, recomendam como medidas centrais dessa política a redução do custo de capital e a ampliação de prazos e redução dos custos dos financiamentos de longo prazo das linhas de financiamento existentes, além de ações para atrair investimentos domésticos e estrangeiros voltados, simultaneamente a ampliar a base de exportações e à substituição competitiva de importações. No universo de economias denominadas “emergentes” há uma concorrência acirrada pela atração de investimentos que contribuam para o desenvolvimento do setor externo e a atualização tecnológica da indústria dessas economias. O Brasil está ausente desse processo.

Nessa questão, seguindo o exemplo de muitos países, como China, Coréia, Israel e Irlanda para citar apenas alguns exemplos, o Brasil poderia executar políticas de atração de investimentos internos e externos. Esse seria um ponto destacado em sua política industrial. O quadro a seguir resume os incentivos concedidos por economias emergentes para atrair investimentos com o objetivo de ampliar exportações e fomentar a produção doméstica de bens intensivos em tecnologia.

Convém esclarecer que na hipótese de que o Brasil venha a estruturar políticas de atração de investimentos, não há porque comprometer os orçamentos públicos com eventuais incentivos que vierem a ser concedidos, se esses forem vinculados exclusivamente aos resultados de novos investimentos, os quais, em sendo realizados, ampliarão a renda e as transações tributáveis.

De outra parte, se os programas de financiamento e os incentivos forem estipulados com prazo definido de duração, seria neutralizado um dos possíveis e justificadamente criticados efeitos negativos de programas e políticas de incentivo, qual seja, o de que perpetuam o incentivo, fomentando a ineficiência e a produção em bases não competitivas.

Economias Emergentes: Incentivos Para a Atração de Investimentos

Coréia

Zonas de Investimentos Estrangeiros (ZIE)

- Atividades qualificadas para ingresso: indústria de transformação, negócios de alta tecnologia, serviços de apoio à indústria doméstica
- isenção de 100% nos 7 primeiros anos e 50% nos 3 anos seguintes no IR.

Taiwan

Parques industriais intensivos em ciência (*science-based industrial park*)

- Isenção de imposto de renda corporativo por 5 anos;
- Obs.: Incentivos para incremento de capital em indústrias intensivas em ciência incluem isenção de 4 anos no imposto de renda corporativo ou 15% de crédito no imposto de renda para custos de equipamento diretamente ligados à expansão da produção ou à provisão de serviços.

Malásia

Pioneer Status

- Com a concessão do Status de Pioneiro, a empresa se torna parcialmente isenta do imposto de renda durante um período de 5 anos ficando obrigada a pagar apenas 30% de sua renda tributável.

Investment Tax Allowance (ITA)

China (TEDA)

Imposto de Renda das Empresas

- Empresas de capital estrangeiro estabelecidas na TEDA voltadas para produção cujo período operacional exceda 10 anos estão aptas para isenção plena do imposto de renda no primeiro biênio e isenção de 50% do imposto de renda nos 3 anos subsequentes (resultando em alíquota de 7,5% do 3o ao 5o ano), a começar do primeiro ano em que a empresa auferir lucro.
- No caso de empresas de alta tecnologia avançada, a isenção de 50% se estende por mais 3 anos (desde que a empresa permaneça com essa orientação).
- No caso de empresas voltadas para exportação, após o referido período de benefícios, elas têm direito a uma alíquota reduzida de imposto de renda (10%, i.e. 2/3 da alíquota normal na TEDA: 15%), desde que suas exportações perfaçam pelo menos 70% do valor de produção.

Índia

- 10 anos de isenção tributária equivalente a 100% dos lucros tributáveis durante os primeiros 5 anos e 30% dos lucros tributáveis para os 5 anos subsequentes. O incentivo vale para novos empreendimentos industriais localizados em estados ou distritos industrialmente atrasados; infraestrutura; na provisão de serviços de telecomunicação; na geração, transmissão e distribuição de energia; produção/ manufatura de artigos; ou a parques industriais.

Israel*Grant Path*

- A companhia com status de “Empresa Aprovada” tem direito a 7 anos consecutivos de benefícios fiscais.
- Em se tratando de “Empresa Aprovada” situada na zona de maior prioridade, a mesma tem direito à isenção tributária total por dois anos, resultando, portanto, em 2 anos de isenção plena mais 5 anos de taxas reduzidas.
- Caso a empresa conte com pelo menos 25% de investimento estrangeiro, a empresa está enquadrada na modalidade de 10 anos de benefícios fiscais.

Irlanda

- Baixos impostos corporativos (alíquota de 10%) para a indústria, para determinadas atividades financeiras internacionais no Centro de Serviços Financeiros Internacional em Dublin e para uma vasta gama de atividades *na Shannon Airport Zone*. Para novos investidores essa alíquota baixa só se estenderá até dezembro de 2002. (A limitação do incentivo vem ocorrendo em virtude de pressão da União Européia.).
- Isenção de impostos sobre lucros de filiais estrangeiras – essa modalidade de incentivo visa atrair *headquarters* regionais de multinacionais. Para sua concessão pelo Ministério da Fazenda irlandês é necessário que o empreendimento tenha substancial geração de empregos em território irlandês em função de novos investimentos. (Esse incentivo perdeu certa força em virtude de um tratado entre Estados Unidos e Irlanda que reduz tais incentivos para o caso de empresas americanas.).

5) Política Industrial e Negociações Internacionais

Uma observação final é pertinente à relação entre a política industrial e as negociações internacionais em curso.

O fato relevante é que as negociações para a formação da ALCA, para o acordo Mercosul/UE, bem como nas negociações mais amplas no âmbito da OMC, não resultem na renúncia aos objetivos acima de política e de desenvolvimento industrial em troca de uma maior especialização industrial da economia brasileira, até porque nossa especialização relativa atual é em produtos de relativamente baixo valor agregado tecnológico.

Dada a abrangência dessas negociações e suas profundas repercussões sobre o futuro da economia e da indústria no Brasil, a recomendação é que o Congresso Nacional defina pontos estratégicos para os quais as negociações de acordos internacionais necessitariam de aprovação prévia por parte do mesmo Congresso Nacional como condição de aprovação dos acordos em seu

conjunto. Seria o “fast track” brasileiro, cujo objetivo é assegurar que determinadas questões consideradas fundamentais ou estratégicas sejam resguardadas nas negociações. Do ponto de vista da indústria, os acordos internacionais deveriam servir para ampliar o acesso dos produtos brasileiros de alta competitividade internacional (casos, além de produtos agrícolas, dos produtos da agroindústria e de vários outros segmentos industriais) a mercados externos e não deveriam restringir a capacidade do Brasil de executar a política de desenvolvimento industrial nas linhas já observadas.

Em suma, a política industrial visa:

- a) Promover a competitividade da indústria;*
- b) Ampliar acesso a mercados e a competitividade setorial dos segmentos industriais tradicionais;*
- c) Fomentar o desenvolvimento dos complexos industriais de produtos com maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico;*
- d) Incentivar as atividades de P&D, a criação e o desenvolvimento de novas tecnologias;*
- e) Aumentar as exportações e incentivar a substituição competitiva de importações, de forma a reduzir a excessiva exposição externa da economia.*

Seus objetivos finais são: diversificar e fortalecer a indústria, aumentar o crescimento econômico e o emprego, contribuir para a redução das desigualdades regionais e de renda.